

Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ nº 60.394.301/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Santander Brasil Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999, apuradas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2001.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2000	1999		2000	1999
A T I V O			P A S S I V O		
CIRCULANTE	141.313	147.397	PROVISÕES TÉCNICAS	56.675	45.180
DISPONÍVEL	9.696	629	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS		
Caixa e Bancos	9.696	629	SEGUROS E RESSEGUROS	4.297	9.834
APLICAÇÕES	117.416	113.541	Provisão de Prêmios não Ganhos	1.919	7.800
Títulos de Renda Fixa - Privados	20.045	53.142	Provisão de Riscos Decorridos	2.378	2.034
Títulos de Renda Fixa - Públicos	91.737	51.570	Provisões Matemáticas	-	-
Títulos de Renda Variável	5.882	8.028	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS - PREVIDÊNCIA PL. BLOQ.	213	317
Outras Aplicações	202	819	Provisão de Riscos não Expirados	41	57
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos	(450)	(18)	Provisão de Oscilação de Riscos	171	258
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS	11.498	23.516	Provisão Mat. Benef. a Conceder	1	2
Prêmios a Receber	7.666	23.220	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS-PREVIDÊNCIA	50.607	33.656
Seguradoras	2.194	2	Provisão de Riscos não Expirados	9	12
Resseguradoras	1.792	262	Provisão de Oscilação de Riscos	39	48
Outros Créditos Operacionais	228	32	Provisão Mat. Benef. a Conceder	50.559	33.596
(-) Provisão para Riscos s/ Crédito	(382)	-	PROVISÕES TÉCNICAS COMPROMETIDAS-PREVIDÊNCIA	1.558	1.373
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	1.464	5.344	Provisão Mat. Obrig. em Curso	1.150	1.049
Títulos e Créditos a Receber	716	1.525	Provisão de Excedente Financeiro	408	324
Créditos Tributários e Previdenciários	748	3.819	CIRCULANTE	44.527	70.179
OUTROS VALORES E BENS	528	2.579	PROVISÕES TÉCNICAS COMPROMETIDAS - SEGUROS E RESSEGUROS	26.120	26.179
Bens à Venda	528	2.579	Sinistros a Liquidar	19.443	18.800
DESPESAS ANTECIPADAS	-	8	Benefícios a Liquidar	-	-
Despesas Antecipadas	-	8	Provisão Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)	6.677	7.379
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	711	1.780	DÉBITOS DIVERSOS	8.865	41.322
Despesas de Comercialização Diferidas	711	1.780	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	1.438	29.586
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.672	13.426	Outros Débitos	-	12
APLICAÇÕES	11.600	12.525	Obrigações a Pagar	4.543	6.303
Depósitos no IRB	-	858	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	723	2.709
Depósitos Judiciais e Fiscais	11.568	11.327	Provisões Trabalhistas	1.612	664
Outras Aplicações	32	340	Provisão para Impostos e Contribuições	549	503
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	1.072	901	Outros Tributos	-	1.545
Títulos e Créditos	1.072	901	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	9.542	2.678
PERMANENTE	45.287	39.901	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.872	12.764
INVESTIMENTOS	19.259	12.314	Provisões para Tributos	14.872	12.764
Participações Acionárias Permanentes	18.317	10.613	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.198	72.601
Participação no IRB	942	1.688	Capital Social	49.000	49.000
Outros Investimentos	-	13	Reserva de Capital	1.259	1.227
IMOBILIZADO	21.665	24.457	Reserva de Reavaliação	3.403	3.720
Imóveis	25.589	27.289	Reserva de Lucros	5.323	4.629
Bens Móveis	1.028	1.129	Lucros ou Prejuízos Acumulados	24.213	14.025
Depreciação Acumulada	(4.952)	(3.961)	TOTAL DO PASSIVO	199.272	200.724
DIFERIDO	4.363	3.130			
Diferido	5.916	3.130			
Amortizações	(1.553)	-			
TOTAL DO ATIVO	199.272	200.724			

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital Subvenções p/ Inc. Fiscais	Reserva de Reavaliação	Res. de Lucros Legal	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1999	49.000	634	4.560	4.298	13.043	71.535
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	593	-	-	-	593
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(840)	-	840	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.083	2.083
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
- Reserva legal	-	-	-	331	(331)	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.610)	(1.610)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	49.000	1.227	3.720	4.629	14.025	72.601
Subvenções para incentivos fiscais	-	32	-	-	-	32
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.871	13.871
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(316)	-	316	-
Reversão de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	-	-	162	162
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
- Reserva legal	-	-	-	693	(693)	-
- Dividendos destacados (R\$ 20,40 por ação)	-	-	-	(3.468)	(3.468)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	49.000	1.259	3.404	5.322	24.213	83.198

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Sociedade, controlada do Banco Santander Brasil S.A., atua nos ramos de seguros de vida, elementares e de previdência privada. Santander Brasil Seguros S.A., é a nova denominação da Santander Noroeste Seguradora S.A., deliberada em A.G.E. de 29 de março de 1999.	5. PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS PERMANENTES
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na legislação societária brasileira e com observância das normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	6. DEPÓSITOS DE TERCEIROS Referem-se a contrapartida em espécie recebida de tomadores pela emissão de apólices de seguro e de previdência privada.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (a) O resultado é apurado pelo regime de competência. (b) Os prêmios de seguros são contabilizados a partir da data de emissão das apólices, como Prêmios Emitidos a Receber. (c) A receita líquida de prêmios é diferida pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, através da constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos, de acordo com a Resolução nº 14, de 20 de dezembro de 1988, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, a qual prevê o cálculo de tal provisão com base na retenção líquida dos prêmios emitidos auferidos. (d) Os ativos circulante e realizável a longo prazo são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os títulos de renda variável são registrados ao custo de aquisição, reduzido ao valor de mercado, quando aplicável. As aplicações em fundos de investimento são atualizadas pelo valor da cota nas datas dos balanços. (e) A provisão para risco de créditos duvidosos é fundamentada na análise dos créditos de operações com seguros a receber, procedida pela Administração, levando em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos de cada devedor. (f) O imobilizado e o diferido são registrados pelo custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de reavaliação no caso dos imóveis. O ativo diferido refere-se substancialmente ao ágio na aquisição da Santander Brasil Seguros S.A., ocorrida em 22 de dezembro de 1.998, a ser amortizado em cinco anos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear com base nos prazos de vida útil estimados dos bens e prazos de realização, respectivamente, a saber: Edificações - 25 anos, Bens Móveis - 10 anos e Outros (Veículos e Sistema de Processamentos de Dados) - 5 anos. (g) As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado do período, na rubrica Resultado de Equivalência Patrimonial. (h) A provisão de riscos decorridos é constituída à razão de 50% do prêmio retido, segundo as normas fixadas pela Resolução nº 14/88 do CNSP. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa, por ocasião do aviso dos sinistros, com base nas notificações de sinistros recebidas. Para o Consórcio DPVAT é constituída provisão para fazer face a encargos futuros estimados, com base em informações emitidas pela Administração do Consórcio. As provisões matemáticas representam o valor das obrigações sob a forma de planos de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, incluindo provisão para oscilação de riscos, determinadas mediante cálculos atuariais, na data das demonstrações contábeis, elaborados por atuário independente, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP. (i) A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), conforme Resolução CNSP nº 18/98, foi determinada mediante cálculos atuariais, na data das demonstrações contábeis, elaborados por atuário independente, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP. A provisão para sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT está constituída conforme determinam as Resoluções CNSP 16/97 e 02/99. Em 31 de dezembro de 1999, a Sociedade optou pela constituição parcial das provisões necessárias, montando a parcela não registrada a R\$ 4.202. (j) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 12% em janeiro e 9% de fevereiro a dezembro (1999 - 8% de janeiro a abril e 12% de maio a dezembro), do lucro antes do imposto de renda. (k) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos são calculados à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, e relacionam-se com os efeitos tributários sobre a reavaliação do ativo imobilizado, e reconhecidos na rubrica "Provisões para tributos" no passivo exigível a longo prazo. (l) Os demais Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.	7. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS, SINISTROS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS Provisões Técnicas de Prêmios não Ganhos Saldo no início dos exercícios Constituições no exercício Reversões no exercício Saldo no final dos exercícios Provisões Matemáticas da Previdência Privada Saldo no início dos exercícios Constituições no exercício Reversões no exercício Saldo no final dos exercícios Sinistro a Liquidar Saldo no início dos exercícios Sinistros avisados Pagamentos e cancelamentos Saldo no final dos exercícios Despesas de Comercialização Diferidas Saldo no início dos exercícios Constituições no exercício Reversões no exercício Saldo no final dos exercícios 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O capital é representado por 85.000 ações ordinárias nominativas e 85.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Os estatutos asseguram aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão superiores, em 10%, aos das ações ordinárias.
4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTOS
Títulos de Renda Fixa Fundos de Investimento Letras Hipotecárias Debêntures Certificado de Depósito Bancário Quotas de Fundos Especialmente Constituídos Garantidoras de Planos de Benefícios Letras Financeiras do Tesouro Letras do Tesouro Nacional Títulos de Renda Variável Ações de Companhias Privadas Outras aplicações Provisão para desvalorização Total de aplicações	10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
2000 1999 111.781 104.712 20.045 24.246 - 1.415 - 1.603 - 25.877 13.360 1.173 40.736 6.582 37.640 43.816 5.883 8.028 5.883 8.028 202 819 (450) (18) 117.416 113.541	2000 1999 16.873 9.178 1.444 1.435 18.317 10.613
	11. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO
	Prêmios Ganhos % Sinistralidade % Comercialização 2000 1999 2000 1999 2000 1999
	Auto/RCF-V - 64.414 - - 111,21 - 16,96 VG/APC/Saúde 45.426 39.982 20,26 51,02 9,86 5,62 Incêndio 3.463 5.401 32,40 92,60 10,71 28,88 DPVAT 5.493 7.058 36,61 76,41 0,09 0,60 Riscos Diversos 899 3.165 48,05 68,12 3,67 19,15 Outros 2.218 3.623 127,60 36,54 4,91 12,16 57.499 123.643 30,30 85,65 8,92 13,98
	12. DEMANDAS JUDICIAIS As principais causas objeto de contestação judicial, cujas provisões encontram-se registradas na rubrica "Provisões para tributos" no passivo exigível a longo prazo, referem-se a: (a) Direito de deduzir, na apuração do imposto de renda e da contribuição social, o saldo devedor complementar de correção monetária de balanço, ocorrida no mês de janeiro de 1989, em razão da aplicação da legislação que instituiu o "Plano Verão". A parcela desses tributos não recolhida, devido à medida liminar específica, é de R\$ 1.934 (R\$ 1.934 em 1999). (b) Constitucionalidade das alíquotas de contribuição social sobre o lucro, majoradas para as seguradoras (isonomia). Os valores depositados judicialmente, com base em medida liminar específica, estão integralmente provisionados até 31 de dezembro de 1998, no montante de R\$ 3.909 (R\$ 3.909 em 1999). (c) Critério de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, com base em liminar concedida pelo Poder Judiciário, foi depositado em juízo parcela desse tributo, cuja provisão correspondente a R\$ 3102 (R\$ 3.197 em 1999).
	13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Santander Brasil Seguros participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender necessidades próprias, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, do estabelecimento de sistemas de controle e da determinação de limites das posições. Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2000, estão substancialmente próximos aos valores de mercado. Não há instrumentos financeiros registrados em conta de compensação. 14. OUTRAS INFORMAÇÕES (a) A Seguradora é patrocinadora de um plano de complementação de benefícios previdenciários para funcionários, por meio da Santander Associação de Previdência (SANPREV). O regime atuarial adotado é o sistema de capitalização. As contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 totalizaram R\$ 54 (1999 - R\$ 69). (b) Créditos tributários referem-se principalmente às antecipações de imposto de renda e contribuição social. (c) O ativo permanente está seguro em níveis considerados adequados pela Administração. 15. EVENTOS SUBSEQUENTES A Resolução CNSP nº 36/00 que passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2001, introduz mudanças nos procedimentos a serem adotados na constituição das reservas técnicas. A Sociedade encontra-se em fase de finalização do levantamento dos efeitos decorrentes destas alterações, os resultados preliminares indicam que a mudança no cálculo da provisão para prêmios não ganhos (PPNG) e a constituição da reserva para insuficiência de prêmios não produzirão efeitos relevantes. Entretanto, em 31 de dezembro de 2000 a reversão da provisão para riscos decorridos, resultaria em um aumento do lucro líquido e do patrimônio líquido no montante aproximado de R\$ 1.600, líquido dos efeitos tributários.
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
	Presidente Gabriel Jaramillo Sanint Conselheiros Agustín Antonio Gacituaaga Puente Oswaldo Luis Grossi Dias
	DIRETORIA
	Diretor-Presidente Gabriel Jaramillo Sanint Diretor-Executivo Jorge Abel Peres Brazil Diretores David Turiel Lopez Luiz Carlos da Silva Cantidilo Jr. São Paulo, 08 de fevereiro de 2001. Gerhard Dutzman Sigismundo Miguel Averoldi Atuário - MTPS - 345 Contador - CRC 1 SP 102589/O-0
	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Diretores e Acionistas da Santander Brasil Seguros S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A. em 31 de dezembro de 2000 e 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais

representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
(3) As provisões técnicas matemáticas e a provisão para sinistros ocorridos e não avisados - IBNR foram determinadas e registradas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário independente. Nossa opinião, no que se relaciona a essas provisões, está fundamentada exclusivamente nos pareceres do referido atuário.
(4) Conforme descrito na Nota 2i, em 31 de dezembro de 1999 a Sociedade optou pela constituição parcial da provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), de conformidade com o disposto na Resolução CNSP 18/98. Caso tal provisão tivesse sido constituída em sua totalidade, o patrimônio líquido naquela data seria diminuído em R\$ 2.773 mil, líquidos dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2000 a Sociedade completou a constituição integral da referida provisão, ocasionando uma diminuição indevida do resultado findo naquela data, em R\$ 2.773 mil, líquidos dos efeitos tributários.

(5) Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres do atuário independente, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo (4) acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Santander Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2000 e 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.
São Paulo, 08 de fevereiro de 2001.
ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC 2SP000123/O-1
Paulo A. Baraldi
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC 1SP095939/O-3

ARTHUR ANDERSEN